

**A MORAL EM DESCARTES E DURKHEIM:
UM DIÁLOGO ACERCA DO FENÔMENO DA MORALIDADE**

Alunos: Ronaldo Jesus dos Santos e Wesley Heleno de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Newton Pereira

INTRODUÇÃO

É um interesse persistente dos estudiosos das obras de Descartes e Durkheim glosarem o tema da moral que aparece nos textos daqueles autores. Tratar-se-ia de um problema fundamental, tendo em vista que a moral é um problema da vida – e o filósofo não se pode dar ao luxo de não pensá-lo – quando se quer bem viver e alcançar uma norma moral legítima e válida a todos.

Dois foram os percursos pelos quais percorremos e pudemos descobrir as razões das divergências entre aqueles dois pensadores franceses: Descartes parte da moral provisória para, ao final de sua filosofia, estabelecer uma moral definitiva ou uma moral científica, já Durkheim, por sua vez, critica severamente a ideia de uma moral firmada por princípios metafísicos, isto é, por princípios universais e necessários, antes, propôs-se a elaborar uma moral a partir dos fatos sociais.

Descartes é propositivo em suas palavras ao nos dizer que o objetivo da filosofia é a contemplação da verdade – que é praticamente a única felicidade nesta vida – potencializar nosso intelecto para capacitá-lo a tomar a decisão mais acertada nas múltiplas contingências da vida. É a busca pela sabedoria universal.

A moral provisória em Descartes é bem identificada na terceira parte de seu *Discurso do Método*, e dela o filósofo serve-se tão somente para se orientar em face da imediatez que a vida social impõe. Todavia, Descartes ambiciona uma moral definitiva que se caracterizava por princípios racionais e universalmente válidos – a moral definitiva ou racional – cujos esboços poderemos encontrar, segundo alguns intérpretes, diluídas em outras obras: *As Paixões da Alma*; correspondências [com intelectuais e políticos da época].

Infelizmente, Descartes não viveu tempo suficiente para concluir tal empreitada, muito embora seja igualmente certo que um intérprete brasileiro – Lívio Teixeira – considera que Descartes não a escreveu porque não poderia fazê-lo, por uma razão lógica interna, exigida pelo seu próprio pensamento metafísico, isto é, não seria possível escrever uma moral definitiva ou racional, justamente porque não se poderia formar uma ideia clara e distinta quanto a moral. Há controvérsias, pois muitos intérpretes pensam diferente. Veremos que para esses últimos, o objetivo supremo da filosofia de Descartes, é alcançar a “perfeição da vida”, possibilitada pela “mais elevada e mais perfeita moral”, esta é o coroamento de todo o conhecimento filosófico” (BUZON, 2010, p. 59).

Diferentemente pensa e trabalha Durkheim, para quem a moral é objeto de ciência. A propósito Durkheim, tencionava fundar uma ciência da moral de inspiração positivista, pela qual a moral é entendida como uma ciência dos costumes – e enxergava na sociedade o *habitat* do Homem e do exercício da vida moral, lugar onde os grupos sociais se organizam e interagem. A moral durkheimiana é um sistema de fatos realizados ligados ao sistema total do mundo. Essa ideia de se fazer uma ciência da moral não era nenhuma novidade na época de Durkheim, ou mesmo antes dele, não era um pioneirismo. No entanto, a diversidade das concepções quanto ao que tal ciência deveria ser era tão grande quanto o número daqueles que pretendiam fundá-la. É inclusive bastante provável que o projeto de matriz durkheimiana tenha sobrevivido à prova do tempo, muito mais em virtude de sua vinculação com a constituição da Sociologia – institucionalizada academicamente – do que enquanto ciência da moral pura e simplesmente, ou enquanto base para reformas morais e políticas (WEISS, 2010, p. 31).

Procuramos expor, sucintamente, os equívocos identificados por Durkheim, nas interpretações utilitaristas a respeito das causas do estado doentio¹ que se observava nas sociedades modernas, levaram-no a enfatizar em sua tese *A Divisão do Trabalho Social*, a importância de fatos morais na integração dos homens à vida coletiva. Ele acreditava que a França encontrava-se mergulhada numa crise devido ao vazio provocado pelo

¹ Na tentativa de “curar” a sociedade da anomia, Durkheim afirmou a necessidade de se estabelecer uma solidariedade orgânica entre os membros daquela sociedade. A solução seria que cada membro da sociedade devesse exercer uma função na divisão do trabalho social – por analogia a um organismo biológico onde cada órgão tem sua função e depende dos demais órgãos para bem funcionar e assim sobreviver –, obrigado através de um sistema de direitos e deveres, cada membro sentirá a necessidade de se manter coeso e solidário uns aos outros. O importante para Durkheim é que o indivíduo realmente se sinta parte de um todo, pois realmente necessita da sociedade de uma forma orgânica, interiorizada e não meramente mecânica.

desaparecimento dos valores e das instituições “protetoras” advindas do período feudal, como as corporações de ofícios. Conflitos e desordens seriam os sintomas da anomia² jurídica e moral presente na vida econômica, cujo progresso sem precedentes não tinha sido acompanhado de igual desenvolvimento de instituições dotadas de uma autoridade qualificada de regulamentar os interesses e estabelecer limites. A própria moral profissional encontrava-se ainda num nível rudimentar. Quando a sociedade é perturbada por uma crise, torna-se momentaneamente incapaz de exercer sobre seus membros o papel de freio moral, de uma consciência superior à dos indivíduos.

O fato moral, na expressão de Durkheim, é um fenômeno social como os outros, passível de estudo e compreensão científica, fazendo uso dos métodos das ciências positivistas – possibilitando a construção de uma moral laica e científica, livre da influência da Igreja ou mesmo de ideologias de matiz filosófica. Para Durkheim: “Moral (...) é tudo o que é fonte de solidariedade, tudo o que força o indivíduo a contar com seu próximo, a regular seus movimentos com base em outra coisa que não os impulsos de seu egoísmo”, e a moralidade é tanto mais sólida quanto mais numerosa e forte são aqueles laços de solidariedade (DURKHEIM, 2008, p. 338).

Interessante notar que, também para Durkheim, a moral começa onde existe vida coletiva, donde autonomamente forjam-se regras de convivência que estrutura e favorece as trocas e trabalhos sociais. A moral começa onde começa a vida em grupo. E a princípio, o fato moral da obrigação é uma das primeiras características da regra moral. Seja como for, o fato é que Durkheim se manteve como um autor relevante no cenário intelectual e sua ciência da moral também continuou sendo tema de interesse no debate contemporâneo, muitas vezes adquirindo uma conotação distante daquela que possuía no cenário intelectual original na qual foi concebida.

² No livro *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim emprega o termo “anomia” para explicar certos fenômenos sociais. Anomia (do grego *nomos*, isto é, lei, norma; precedido pelo prefixo *a* de privação ou negação) significa a ausência de lei, ou ainda um processo de caos e rompimento das leis, da ordem social e da conduta moral. Na França do século XIX, as instituições sociais estavam enfraquecidas, valores tradicionais eram rompidos e novos emergiam. Muitas pessoas viviam em precárias condições sociais: sem emprego, marginalizadas, doentes. Para Durkheim, uma sociedade harmônica (não anômica) integra essa gente. Considerou aqueles problemas, por ele observado, uma patologia social, por isso nomeou aquela sociedade de doente, “anômica”. A anomia é a arqui-inimiga da sociedade, conquanto deve ser superada. A Sociologia tem um saber para isso, e o papel do sociólogo seria, portanto, estudar, entender e ajudar a sociedade na qual está inserido.

Como podemos abstrair dessas linhas gerais do pensamento durkheimiano, o que Descartes nomeou de moral provisória, adveio desde já de uma moral do grupo social, que possui leis próprias que a constituíram. Preocupa-se em identificar esse processo e como que purificá-lo de preconceitos religiosos (da Igreja) ou metafísicos (das filosofias de caráter racionalista e idealista).

As contraposições filosóficas de Descartes e Durkheim não são poucas, pois desde o início este nega a possibilidade de firmar a moral universal daquele. Confrontam-se aqui duas distintas orientações filosóficas: a metafísica racionalista seiscentista e o positivismo depurado no final do século XIX. Marcar essas diferenças, mais do que as similaridades, entre os dois sistemas de pensamento, foi um dos resultados dessa pesquisa. Não obstante isso, o principal resultado de nossa pesquisa foi encontrar dois pontos de interseção entre os dois pensamentos, os quais permitiram aproximá-los no campo moral: o apelo à racionalidade e a necessidade de se estabelecer um método, procuramos evidenciar essa possível convergência ao longo deste artigo e sua conclusão. Cabe ao leitor crítico avaliar se estamos corretos.

A moral na filosofia de Descartes

Ao pensarmos a respeito da moral na filosofia de René Descartes, devemos antes de mais, pensar a compreensão cartesiana acerca da Filosofia. Encontramos sua definição de filosofia na carta-prefácio da obra *Princípios de Filosofia*, na qual declara: “esta palavra *Filosofia* significa o estudo da sabedoria, e por sabedoria não se deve entender apenas a prudência nos negócios, mas um conhecimento perfeito de todas as coisas que o homem pode saber”. E complementa, ao afirmar que tal saber é para firmar “a conduta [da] vida como para a conservação da saúde e invenção de todas as artes” (DESCARTES, 2003, p. 15).

Descartes dirige seus esforços para a finalidade da filosofia grega antiga, na qual “através dos tempos houve grandes homens” – dentre estes cita Platão e Aristóteles –, que buscaram o mais alto e seguro grau da sabedoria, qual seja o conhecimento a partir das “primeiras causas e [dos] verdadeiros princípios donde podem deduzir as razões de tudo quanto pode ser conhecido” (DESCARTES, 2003, p. 17).

Filosofia e ciências não se separam, não para Descartes, que inclusive em sua obra *Discurso do Método*, expõe com simplicidade e eloquência a experiência pessoal de filosofar.

O *Discurso*, embora seja obra de importante valor filosófico, nada mais é do que a introdução de três trabalhos científicos, a saber: *Dióptrica*, *Meteoros* e *Geometria*. A propósito sua concepção de unidade e interdependência entre os conhecimentos, é de uma beleza singular. O filósofo faz uso de uma imagem: a árvore. Identifica nas partes daquela árvore, as diferentes partes do único saber humano nas suas diversos campos do conhecimento. Nas palavras do próprio Descartes, lemos:

Assim, a Filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a Metafísica, o tronco a Física, e os ramos que saem do tronco são todas as outras ciências que se reduzem a três principais: a Medicina, a Mecânica e a Moral (DESCARTES, 2003, p. 22).

Descartes, em consonância com o projeto socrático de filosofia, busca resolutamente pela *sagesse*, a sabedoria. Não descarta, simplesmente, o conhecimento de seus predecessores – dentre os maiores, Platão e Aristóteles –, ao contrário, aceita a noção de *prudência* da ética aristotélica, e a amplia tornando-a o ápice da sabedoria. Isto porque o filósofo intui que a moral “pressupõe um conhecimento integral das outras ciências, justamente porque ‘a mais elevada e mais perfeita [moral]’ é o último grau da sabedoria”. Para Descartes o saber humano é essencialmente uno, um grande sistema uno. (Cf., DESCARTES, 2003, p. 22).

Somente em consideração a esse pensamento cartesiano, a um só tempo abrangente e sistemático, com sua ousada investigação intelectual de todas as coisas *passíveis* de conhecimento pelo Homem – fica afastado aqui, desde já, o saber teológico, isto porque como católico confesso, Descartes entende a absoluta necessidade do dom da fé e da graça da Revelação, quando o assunto tratado é de ordem eminentemente sobrenatural –, podemos compreendê-lo, em suas próprias palavras, quando declara que “a perfeição da vida” depende da “mais elevada e mais perfeita moral” [*la plus parfaite morale*], tal moral, diz-nos Descartes: “pressupõe um conhecimento integral das outras ciências, e é o último grau da sabedoria” (DESCARTES, 2003, p. 22).

Todavia, o filósofo não chegou a escrever essa moral definitiva ou científica, seja por mera circunstância da vida segundo alguns comentadores como Etienne Gilson, ou porque seu próprio sistema metafísico não o permitiu, essa é a posição de Lívio Teixeira. Para este último comentador, a moral cartesiana sempre será marcada por um tom provisional. Ainda assim, o filósofo enquanto pessoa, precisa viver para filosofar, e como viver é conviver,

conquanto estabelece uma moral provisória na parte III do *Discurso do Método*, esta moral se faz necessária, de fato e de início, para bem conviver com seus concidadãos e dar-lhe a paz para filosofar.

Analisemos qual seja a moral provisória de que parte Descartes. Como assinalamos na obra *Discurso do Método para Bem Conduzir a Razão e Procurar a Verdade nas Ciências*, doravante simplesmente *Discurso do Método*, o filósofo expõe quatro máximas de sua moral provisória, a saber:

A primeira afirma: “*Obedecer às leis e aos costumes do meu país, conservando a religião na qual Deus me deu a graça de ser instruído desde a infância [catolicismo]*” (DESCARTES, 1979, p. 63).

Nesta primeira máxima moral cartesiana, há quem tenha percebido um tom conservador ou de excessiva cautela, para evitar controvérsias ou a um traço psicológico do filósofo, introvertido ou circunspecto³. Consideramos que não se trata de simples covardia ou quaisquer traços de personalidade, e sim da virtude da prudência tão benquista pelo filósofo. Inclusive em carta à rainha Elizabeth, o pensador argumenta que mesmo as mais excelentes opiniões dos mais excelentes homens devem, também, ser examinadas “pelo [nosso] próprio juízo” (DESCARTES, 1988, p. 159).

A segunda regra estabelece: “*Ser o mais firme e mais resoluto que pudesse nas minhas ações*” uma vez adotadas por decisão pessoal (DESCARTES, 1979, p. 65).

Com tal máxima Descartes deixa claro que o emprego da dúvida metódica propugnada no mesmo *Discurso* só é pertinente no que diz respeito à contemplação da verdade. A vida cotidiana e civil pede, pois, uma atitude pronta para os problemas imediatos, sendo insensato ou mesmo perigoso, se urgente, se deter em doura reflexão para somente então agir.

A terceira disciplina: “*Procurar sempre antes vencer-me a mim próprio do que vencer a fortuna e modificar antes os meus desejos do que a ordem do mundo*” (DESCARTES, 1979, p. 66).

A terceira máxima do código moral provisório de Descartes transparece seu testemunho do pensamento moral estóico que o influenciou. O filósofo francês examinou os ensinamentos de Sêneca, contido na obra *Vita Beata*, em carta endereçada à rainha Elizabeth.

³ COTTINGHAM, John. DICIONÁRIO DESCARTES, 1995, p. 122.

Discute sobre a natureza do soberano bem, que para Sêneca poder-se-ia afirmar que “a vida feliz” está em concordar com a natureza, noutras palavras: a pessoa deve conformar-se com a lei da natureza e seguir seu exemplo. Ademais, Descartes ao se dar conta da controvérsia entre os moralistas antigos: Epicuro, Zenão e Aristóteles, toma partido e faz sua síntese. De Epicuro, diz-nos que o mesmo entendia o soberano bem como “voluptuosidade”, isto é, o prazer percebido pelos sentidos ou o corpo; de Zenão, o soberano bem depende do exercício da virtude; e de Aristóteles, nota que o estagirita procurou compor sua ética a partir das “perfeições quer do corpo quer do espírito”. Descartes afirmou que “as três opiniões podem, parece-me, ser acolhidas como verdadeiras”, desde que corretamente interpretadas (DESCARTES, 1988, p. 160-161).

Para Descartes, a beatitude consiste no contentamento do espírito, isto é, “no contentamento em geral [...] contentamentos que dependem do corpo, e outros [...] do espírito”, que para ser “sólido, é preciso seguir a virtude, isto é, ter uma vontade firme e constante de executar” tudo o que bem julgamos e conforme a razão. Com isso o filósofo deve purificar o espírito de desejos impossíveis ou que atentem contra o bom senso do entendimento. Há aqui uma conclusão epicurista. (Cf., DESCARTES, 1988, p. 162).

E a quarta regra pactua: “*Passar em revista as diversas ocupações que os homens têm nesta vida, para procurar escolher a melhor; [...] empregar toda a vida a cultivar a razão e a avançar [...] no conhecimento da verdade*” (DESCARTES, 1979, p. 67).

A quarta e última máxima da moral provisória cartesiana, antecipa o caráter que revelará o código moral de Descartes, um moralismo racionalista: de todas as profissões desta vida, uma delas se sobressai, ou até as supera, qual seja: o aprimoramento da razão e o conhecimento da verdade. Somente duas coisas importam à Descartes: a Verdade e o Soberano Bem, este último vivido desde já nesta vida do homem puramente homem. É uma moral – ainda que provisória – racional e intelectualista no sentido em que se regozija com o deleite da verdade e se esmera pelo aperfeiçoamento do intelecto. Segundo Étienne Gilson, os nossos pensamentos estão em nosso poder, enquanto que os acontecimentos exteriores não estão, salvo “na medida em que dependem dos nossos pensamentos” (GILSON, 1979, p. 66, nota de rodapé). E conforme ainda outro intérprete: “a boa vida, conforme Descartes a vê, não consiste simplesmente na aceitação resignada, mas antes em uma existência guiada pela luz interior do intelecto” (COTTINGHAM, 1995, p. 123).

Essa moral provisória posta em prática proporcionará a tranquilidade necessária para filosofar. Não era à toa que Descartes se retirava para lugares ermos, sem o concurso de muitos amigos ou outras distrações para proceder às suas investigações intelectuais. Um importante comentador pontuou: “a paz da alma, isto é, a própria felicidade, é, pois, a recompensa de uma vida que se regula segundo as exigências da razão” (GILSON, 1979, p. 25).

O filósofo percebe que “não há quem não deseje tornar-se feliz; muitos, porém, não conhecem o meio”. E eis aqui a justificativa de se pensar na moral como uma técnica capaz de nos proporcionar a felicidade nesta vida, assim como a técnica denominada medicina conserva a saúde do corpo (DESCARTES, 1988, p. 163).

A moral de Descartes está assentada na noção de *virtude*, esta consiste em fazer o que a razão nos persuade a fazer, e a prática dessa virtude será alimentada ou arrefecida se receber, ou não, alguma satisfação ou prazer. Seguindo a regra da razão cada prazer deve ser medido pela “grandeza da perfeição” que nos proporciona, tal regra da razão é, na realidade, seu ofício de “examinar o justo valor de todos os bens” que nossa conduta é responsável por adquirir (Cf., DESCARTES, 1988, p. 164).

Acontece comumente que nas condutas na vida, Descartes percebe que as paixões, no mais das vezes, nos impulsionam a agir de um modo ou de outro. E ainda essas atitudes possam ser valoradas conforme os resultados da ação. O filósofo cita o afeto ou paixão da “cólera que às vezes excitar em nós desejos de vingança”, tal paixão pode ainda nos levar a imaginar alcançar maior prazer em castigar o inimigo do que conservar a honra e a própria vida (DESCARTES, 1988, p. 165).

Uma moral científica depende da psicologia das paixões, do conhecimento da fisiologia do corpo, pois conforme o organismo funciona afeta nosso estado de humor, e ainda assim não descurar de uma sociologia que compare as atitudes mais moderadas dos homens sábios da sociedade onde se vive. Porquanto, uma moral provisória não basta para ajuizar a conduta mais sábia e pertinente para uma boa vida. Segundo um comentador brasileiro, Lívio Teixeira, o campo da ciência e o campo da moral possuem características singulares, inclusive para Descartes, não é possível ter ideias claras e distintas na moral, mas só na ciência. Comenta esse estudioso que “ao tratar do homem [Descartes] introduz a doutrina da união substancial da alma e do corpo [...] importa-nos lembrar [...] que a união substancial da alma e

do corpo constitui um plano de ideias confusas, não de ideias *acidentalmente* confusas, mas *essencialmente* confusas” (TEIXEIRA, 1990, p. 16-17, *itálicos* do autor).

Conforme esclarece Teixeira, no campo da moral somente é possível tirar o que Descartes denomina por “os melhores juízos’ possíveis”. O mesmo comentador não hesita em afirmar que o “*Tratado das Paixões* é a mais alta expressão prática dos princípios e conceitos fundamentais [...] a respeito de moral cartesiana”. Justamente porque o intuito de Descartes, segundo Teixeira, é elevar o homem de carne e osso ao mais elevado plano possível, alcançando a virtude da generosidade e do amor a Deus, sem, contudo esquecer que “os mais altos prazeres do homem, mesmo os prazeres da alma, dependem das paixões” (TEIXEIRA, 1990, p. 18-20).

Por outro lado, é importante compreender o que Descartes entende por paixões da alma, estas não são taras ou tão somente emoções incontroláveis – embora, possam assumir tais formas –; as paixões são expressões das necessidades naturais, tem uma função adaptativa e de conservação. Assim o “tratamento moral das paixões não deve ser um processo de redução ou extirpação, mas apenas o de evitar excessos ou deficiências que perturbem o equilíbrio de nossa natureza” (TEIXEIRA, 1990, p. 246).

Como se pode perceber a moral provisória começa indicar seus limites para atender às pretensões do filósofo. Não obstante, Descartes não escreveu uma moral definitiva. O que temos são somente algumas ideais diluídas nas correspondências com intelectuais e políticos, seus contemporâneos. Ademais, Descartes buscava fundar uma moral leiga – e não religiosa – é certo, porém, que na condição de católico confesso, o filósofo separa nitidamente o plano religioso – para o qual a busca da beatitude sobrenatural é necessária –, do plano da moral laica, nesta moral secular a busca por uma beatitude terrena, é capaz de ser alcançada pelo “homem puramente homem” (Cf., TEIXEIRA, 1990, p. 246).

Descartes defende a autonomia da razão em questões de moral, nisso está inserido numa tradição que é possível encontrar desde os antigos: Cícero, Epíteto e Sêneca, quanto nos filósofos do Renascimento, a independência da moral em relação à religião. Contudo, a noção de virtude entendida como o contínuo esforço da vontade para agir conforme a razão é fulcral à concepção cartesiana de moral. Trata-se de um racionalismo moral de inspiração platônica ou aristotélica. O objetivo do exercício da virtude é a de alcançarmos a beatitude, inteligência e vontade unidas na virtude para alcançar um fundamentado contentamento do espírito. Segundo Lívio Teixeira, a moral cartesiana é uma

forma de eudemonismo, isto é, a moral serve-nos para possibilitar uma vida feliz (TEIXEIRA, 1990, p. 247).

Cabe ainda uma derradeira reflexão quanto a possibilidade de uma moral cartesiana definitiva ou científica – apesar de Descartes não tê-la escrito. Como fizemos alusão, os historiadores e comentadores do filósofo se dividem quanto a tal possibilidade. Para Étienne Gilson, a “moral definitiva” é possível, e só não foi escrita por questões contingenciais à vida de Descartes. Na sua introdução e notas ao *Discurso do Método*, Gilson interpreta que algumas máximas da moral provisória “passará tal qual à moral definitiva”, esse é o caso da terceira regra, a da firmeza nas ações. Gilson, também, faz notar a influência estoíca na moral cartesiana (GILSON, 1979, p. 65, nota de rodapé).

Segundo Gilson, a moral provisória de Descartes se segue a moral definitiva, na qual é possível intuí-la nos escritos epistolares do filósofo; donde que a depuração cartesiana do ensinamento moral estoíco, é acrescida com a doutrina do livre-arbítrio do homem; a propósito o livre-arbítrio do homem é a “semelhança mais imediata entre Deus e ele, e do bom uso deste livre-arbítrio a sua mais alta virtude” (1979, p. 66, nota de rodapé).

Lívio Teixeira criticou a interpretação de Gilson, alegando que Descartes jamais escreveu tal moral, dita definitiva, e mais, nem sequer a poderia escrever, isto porque – entende aquele comentador –, a lógica interna da metafísica cartesiana não o permitiria. Argumenta Teixeira que no campo da moral não é possível ter ideias claras e distintas e sim ideias *essencialmente* confusas, justamente porque tais ideias derivam da união substancial da alma e do corpo. Neste plano das ideias confusas, que é o da grande parte da moral, a razão pode apenas tomar decisões mais ou menos acertadas conforme a circunstância do caso particular. Nesse sentido, aquele comentador assinala que o filósofo pôde, no máximo, escrever um tratado *d’As Paixões da Alma* e algumas poucas cartas que esboçam alguns princípios gerais, ainda assim marcadamente provisórios (TEIXEIRA, 1990, p. 110).

Para uma moral científica depender-se-ia diretamente do desenvolvimento das ciências básicas: da medicina, da mecânica, da psicologia, que fornecerá um conjunto de sólidos conhecimentos o qual assegurará os meios e dará clarividência à inteligência para bem julgar e agir conforme os princípios da razão; e a vontade livre não poderia deixar de aderir ao que se lhe apresenta como evidente e pô-la-ia em prática. A essa moral dita científica poderíamos objetar – assim como de fato fez Lívio Teixeira – que Descartes, também, não escreveu tal moral porque em assuntos de “problemas humanos” não temos clarividência;

nem a inteligência por si só, é capaz de fazer o homem inteiro aderir a um princípio moral e se comportar em consonância. O agir moral não se igual às demonstrações matemáticas (Cf. TEIXEIRA, 1990, p. 105; 108).

A refutação erudita do comentador Lívio Teixeira, em face da moral científica e a da definitiva, defendida por importantes comentadores como Gilson, não o levou a descurar da possibilidade de qualificar a moral cartesiana de “moral racional”. Argumenta o comentador brasileiro que o “método cartesiano” visa dar “soluções para problemas que têm solução [na física, na matemática, etc.], mas também descobrir que determinados problemas não têm solução científica”, e este é o caso da maior parte do campo da moral. Porquanto, na moral não seria possível a certeza, ainda assim considera pertinente a classificação da moral de Descartes com uma moral racional. Racional justamente porque o filósofo entende que a moral deva sempre ser orientada pela razão ou inteligência, estas se esforçam por “*clarear o mais possível* o plano das ideias confusas”, que é a da união substancial da alma e do corpo⁴, para agir de modo o mais sensato e correto possível, e somente desse modo poder experimentar um verdadeiro contentamento interior (TEIXEIRA, 1990, p. 111-112).

Para concluirmos esse capítulo sobre a moral cartesiana, devemos observar que nesta moral concorrem três elementos ou postulados fulcrais que se inter-relacionam: o livre-arbítrio, a generosidade e a virtude. O livre-arbítrio, como já o dissemos, para Descartes é o atributo humano recebido de Deus e que nos assemelha a Ele, a generosidade – amor fundado no conhecimento – é a consciência de que temos livre-arbítrio, acompanhado da firme e contínua decisão de bem empregá-lo; em síntese, a generosidade é uma forma de sabedoria, uma expressão da virtude, e esta virtude nada mais é do que a firme e constante resolução de bem julgar para bem agir, capaz de por termo aos excessos ou destemperos das paixões.

A ciência da moral de Durkheim: as influências que recebeu no campo moral

Nessa parte do artigo nos propomos analisar o papel da moral no pensamento de um dos expoentes da Sociologia moderna, a saber: Émile Durkheim. Envidamos esforços para expressar seu pensamento, com vistas a encontrar pontos de contatos com perspectiva da

⁴ Da *união substancial da alma e do corpo*, expressão do próprio Descartes, tratar-se-ia de uma espécie de unidade psicofisiológica, pela qual o homem inteiro vivo, é muito mais do que “um piloto em seu navio”; e sim uma fusão de suas capacidades volitivas, senso-perceptivas e dos afetos ou paixões, que permite ao Homem ser o que é: homem. E não só um corpo ou só uma alma. Cabe uma erudita monografia só sobre esse tema, o que não nos propomos no presente trabalho.

moral na filosofia de René Descartes. Em nosso entendimento, há uma relação ou um desdobramento no pensamento desses autores e nosso objetivo é traçar alguns paralelos entre ambos, particularmente no que diz respeito à moral e às várias significações que lhes atribuem. Neste capítulo, o estudo se concentra mais em Durkheim, na medida em que ele põe seus esforços em fundamentar a moral como uma ciência.

Faz-se necessário entender o que levou Durkheim a analisar o tema moral, o que acontecia em seu tempo histórico, e o que o levou a interromper suas pesquisas sobre a moral. Por primeiro, nos debruçamos na situação sócio-histórica da Terceira República em França.

A vida toda de Durkheim transcorreu durante a Terceira República francesa (1870-1940), época caracterizada pela instabilidade política e por guerras civis⁵. A sociedade europeia mostrava-se a seus olhos ainda pouco integrada e cheia de contradições. A família e a religião davam sinais de enfraquecimento de suas antigas funções.

Ele acreditava ser necessário descobrir novas fontes de solidariedade e de consenso entre os membros da sociedade para fortalecer sua coesão. Durkheim foi um liberal democrata que via na Revolução Francesa não como algo totalmente maléfico (que é a interpretação conservadora desse acontecimento), nem uma ilusão falsa (a interpretação radical) mas, refletia como a grande promessa a ser completada. Ou seja, Durkheim não é um revolucionário disposto a levar à frente os ideais revolucionários de 1789, mas de inseri certos ideais iluministas na exaltação do individualismo moral (TIRYAKIAN, 1980, p. 256).

Nesse sentido, deu continuidade à ideia comteana de instituir uma religião de cunho secular, fundada em princípios morais que poderiam revigorar a sociedade moderna. O positivismo foi a corrente de pensamento que teve maior influência sobre o método de investigação que Durkheim elegeu como o mais adequado para a coleta dos dados. A finalidade era que a Sociologia ultrapassasse os obstáculos impostos pelas noções vulgares e pela afetividade. Notemos que esses estudos, em sua maneira de ver, não deveriam permanecer teóricos. Sua ambição suprema era a de chegar à conclusão prática de fornecer diretrizes à ação social.

⁵ Nota-se que a instabilidade política da França ocorreu no alvoreçado fins do século XIX, após o fim do governo autoritário de Luís Bonaparte (1851-1870), da Comuna em Paris (1870) e da derrota francesa para Alemanha, na denominada Guerra Franco-Prussiana (1870-71). A sociedade francesa passava por várias mudanças político-sociais; em linhas gerais, o governo francês da época buscava consolidar a noção de Estado laico e promover a reforma moral por meio da educação pública.

A moral passou a figurar como tema de destaque nos escritos de Durkheim, com a missão desafiadora de formular uma moral de base científica, e que substituísse de uma vez por todas a tradicional moral cristã, tutelada por longos séculos pela Igreja Católica. Essa moral cristã, na época, constituía ponto de apoio para todo movimento político que contestasse a legitimidade da Terceira República. A Terceira República era vista por Durkheim como algo autônomo e indicativo dessa realidade de anomia, por ele previsto, e, expresso na seguinte frase de Durkheim: “uma implosão se segue a uma sociedade que não pode preencher o seu vazio moral” (TIRYKIAN, 1980, p. 258).

Por segundo, o que levou a Durkheim interromper sua pesquisa da moral, por volta de 1898, onde passou a se dedicar ao estudo dos fenômenos religiosos – o que, indubitavelmente, contribuiu para uma compreensão mais apurada da força dos símbolos – porém, esse outro projeto acabou empatar a continuidade de seu trabalho para concluir o assunto “moral” que certamente, caso fosse concluída, teria mais bem esclarecido muitas das suas posições quanto a perspectiva científica sobre o fenômeno moral.

Durkheim tinha se formado filósofo e publicou trabalhos nas principais revistas de Filosofia em França, tais como a *Revue Philosophique* e na *Revue de Métaphysique et de Morale*, e particularmente, ao longo de sua vida se interessou pelas questões de Filosofia Moral. Todavia, seus interesses eram “de falar, até mesmo em matéria de moral, com uma linguagem de sábio especializado e não com a linguagem de filósofo” (BOUGLÉ, 1970, p.8).

Todos sabiam da autoridade moral da Igreja Católica, reforçada pela monarquia absolutista em França: “o resultado foi a França republicana preocupar-se com a filosofia, com a moral e com a educação moral – não devido a um desinteresse intelectual [por outros assuntos], e sim devido a considerações práticas à necessidade de encontrar um substituto para os ensinamentos cristãos tradicionais, de modo a legitimar-se e conquistar o apoio amplo de novas gerações de jovens, afastado-as da autoridade moral da Igreja Católica” (WALLWORK *apud* TIRYKIAN, 1980, p. 262).

Com todas essas problemáticas que acometiam a sociedade em França, Durkheim dispõe seu pensamento sobre moral com uma influência peculiar, a moral em Kant. Este pensador alemão legou uma perspectiva de autonomia à moral, colaborando para firmar a ruptura de uma moral sustentada pelo prestígio eclesial.

Como é sabido, a filosofia kantiana apresenta um aspecto “prático”, Kant procurou firmar um critério seguro e autônomo à ação moral, e não remeter tudo à responsabilidade de Deus como faziam os clérigos. Desta forma:

Observa-se que os temas kantianos de “autonomia da vontade”, “voluntarismo”, “imperativo categórico”, o primado da realização do “dever” independente de considerações de interesse material – essas e outras ideias proporcionaram uma motivação, ideias as quais o neokantismo tinha uma atração extra –; uma moral secular na qual se legitimaria o regime republicano e promoveria a difusão de um altruísmo social (TIRYKIAN, 1980, p. 280-283).

A estrutura do pensamento moral kantiano motivou Durkheim nas suas ideias sobre moral. O contato com a obra de Kant, no curso de Filosofia dado no liceu⁶, motivou-o ao empenho em sua carreira e a um diálogo entre os conceitos kantianos e as suas próprias reflexões filosóficas. A preocupação em fundar uma ciência da moral indica a influência das reflexões morais e éticas de Kant sobre Durkheim.

Para Kant, há uma realidade na moral independente do indivíduo, a qual vincula a ação moral ao indivíduo, e, por sua vez, é uma condição *a priori*. Partindo desse princípio é necessário entender que em Kant uma ação só é moral quando pode ser transformada numa regra de conduta universal para a humanidade. O comando moral que faz com que nossas ações sejam moralmente boas, se expressa no imperativo categórico: “age só segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 2004, p. 51). Essa lei está atada à razão prática. Todo sujeito é racional, por isso tem condição de sujeito moral, dotado de normas. Exercer uma ação contrária levaria ao absurdo. E Durkheim aceitou facilmente esse *a priori* kantiano, ou seja, uma estrutura transcendental dado à faculdade do entendimento, porém, Durkheim modificará esse *a priori* de modo a explicar essas estruturas da razão. Podemos verificar que “a fonte do *a priori* da ação moral é, como Durkheim propõe, a sociedade cuja existência é ao mesmo tempo anterior e posterior à de qualquer de seus membros” (Cf. DURKHEIM, 1970, p. 50-62). Um fato moral têm atributos importantes que dão a este fenômeno uma especificidade distinta às outras condutas, um deles é a sua inevitabilidade para os indivíduos, esses atributos Durkheim recupera de Kant.

⁶ No texto produzido a partir de anotações dos estudantes que seguiram suas aulas no Liceu de *Sens*, entre 1883-1884, já lemos o anúncio de uma concepção de ciência que se manteve constante ao longo dos anos e que parece orientar a elaboração de seu projeto de construção de uma ciência da sociedade.

Na realidade, a filosofia de Kant, não é vista somente como um contraponto crítico para a teoria de Durkheim, ela é acima de tudo também uma referência fundamental para a formulação de uma ciência da moral. No entanto, essa relação visa em Durkheim estabelecer uma ruptura com a filosofia kantiana, pois, o sociólogo julgava ser necessária uma teoria moral de natureza inteiramente sociológica. O pensador francês observa que a própria essência das sociedades, em diferentes tempos históricos, pede diferentes conteúdos morais. Com isso, então, quais seriam as respostas determinantes da moral para Durkheim? Ele teria transmitido outra forma de moral? Pensara na moral como ciência? Sobre esses questionamentos tentaremos de forma sucinta expor o pensamento e as posições deste pensador a respeito da moral, visto que a ideia mais imediata que nos vem à mente sobre Durkheim, quando ouvimos seu nome é, comumente, o de fundador da Sociologia positiva. Procuraremos mostrar esse mesmo pensador, também, a partir de seus outros interesses intelectuais e científicos.

A posição de Durkheim sobre moral

Para Durkheim, a crise moral que assolava sua época, era resultado da desintegração das instituições sociais como a família, religião e grupos políticos. Isso o levou a firmar uma proposta normativa, tendo por ideal a moral laica, firmada pelo estudo do fenômeno moral como *dever ser* moral. É certo que nos limites da pesquisa que nos propomos, não temos a pretensão de operar um estudo exaustivo com o fito de tratar da moral na sua totalidade, mas em Durkheim, oferecer uma expressão paulatina de seu pensamento e sua principal proposta no universo da moral. Uma dificuldade, e, talvez, o maior problema de compreender a moral de Durkheim, seja a relação entre o *dever ser* moral e sua ciência, no entanto, ele quer demonstrar não o que a moral é, mas como ela deveria ser e isso resultaria na sua ciência da moral. É possível antever sua ideia de estabelecimento dessa ciência nos manuscritos dos seus alunos no Liceu, em 1883, projetando assim uma “ciência da sociedade”. Durkheim define o que seria ciência para ele:

As características que um sistema de conhecimento deve possuir para que seja considerado. A partir disso podemos generalizar e dizer que o objetivo da ciência consiste em estabelecer relações de identidade ou de causalidade (dado que estabelecemos que o objetivo da ciência é o de explicar) e que explicar é estabelecer relações de identidade e causalidade entre coisas. Tendo isso em consideração, examinemos [o que seja] uma ciência. Em primeiro lugar, é preciso que a ciência tenha um objeto de explicação que lhe seja próprio. Por próprio, queremos dizer que esse objeto não é contemplado por nenhuma outra ciência e que é bem definido.

Como podemos explicar algo se ele não for bem definido? Em segundo lugar, esse objeto precisa ser submetido ou a lei da identidade ou a lei da causalidade, porque sem isso [teríamos] nenhuma explicação – e conseqüentemente nenhuma ciência – é possível. Mas essas duas características por si só não bastam para tornar um sistema de conhecimento uma ciência. Para explicar um objeto, é preciso que este seja acessível a nós. Se o objeto fosse inacessível, então, obviamente não poderíamos estudá-lo cientificamente. O termo utilizado para designar a disposição da mente para estudar um objeto é “método”. Portanto a terceira característica de uma ciência é a de que esta possui um método para estudar seu objeto.⁷

Decorrente dessa problemática, Durkheim durante sua carreira acadêmica observa a possibilidade e a necessidade de trabalhar na proposta de uma “ciência da moral”, amparado pelo seu conhecimento de filosofia, o qual aplicaria seus modos de conhecer e explicar as ideias dos valores morais. Podemos observar aquela proposta do autor numa das suas grandes obras, sua tese de doutorado na célebre discussão sobre *Da Divisão do Trabalho Social*, esta tinha a pretensão de ser uma obra de ciência da moral ou pelo menos aquilo que entendia ou que deveria ser tal ciência.

Este livro é, antes de tudo, um esforço para tratar os fatos da vida moral de acordo com os métodos das ciências positivas. Mas o uso que se tem feito dessa expressão não é o nosso, e desnatura seu sentido. Os moralistas que deduziram suas doutrinas, não de um princípio *a priori*, mas de algumas proposições emprestadas de uma ou mais ciências positivas como a biologia, a psicologia, a sociologia, qualificam sua moral de científica. Esse não é o método que nos propomos seguir. Nós não queremos obter a moral a partir da ciência, mas fazer a ciência da moral, o que é algo bem diferente. Os fatos morais são fenômenos como os outros; eles consistem em regras de ação que são reconhecidos por certas características distintivas; deve, portanto, ser possível observá-los, descrevê-los, classificá-los e buscar as leis que os explicam (DURKHEIM, 2010, p. 43).

Mas então de que forma deveria ser essa “ciência da moral”? Sobre qual aspecto o autor quer tratá-la? Em sua tese de doutorado, Raquel Weiss expressa o que de fato esse método não deveria consistir: “Fazer uma ciência da moral não é nem deduzir um sistema moral a partir de um princípio *a priori*, método este que ele considerava ser propriamente “filosófico”, nem “extrair a moral a partir da ciência”, seja esta ciência a psicologia, a sociologia ou a biologia” (WEISS, 2010, p. 81).

⁷ Durkheim, David Émile. *Science and Philosophy*. In: Durkheim et al., *Durkheim's philosophy lectures: notes from the Lycée de Sens course, 1883-1884* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 42-3). [As referências a este texto serão sempre feitas a partir da versão em inglês, uma vez que se trata da única versão desse manuscrito publicada em livro. Para facilitar a conferência com o texto original francês, disponível apenas na internet, citamos o texto a partir do nome da lição em questão, no caso, *Science and Philosophy* ou *Science et Philosophie*. O endereço a partir do qual se pode ter acesso ao texto é o seguinte: Émile Durkheim, *Cours de Philosophie Fait au Lycée de Sens, Durkheim Pages, 1883*, <http://durkheim.uchicago.edu/Texts/1884a/00.html>.

O esclarecimento da comentadora Raquel Weiss nos facilita a compreensão dessa ciência, sendo o domínio da moral, onde visa ser o conjunto de fatos já existentes, ou seja, aplica-se ao domínio do ser moral. Entende-se que a ciência da moral, dita por Durkheim é totalmente focada em uma perspectiva teórica, uma vez que se preocupa em conhecer aquilo que existe, ou seja, aquilo que a moral é, não algo para além daquilo que pensam os moralistas que se atém as questões metafísicas. Durkheim vê a ciência tal como ela é, esta se ocupa de fatos e não de ideias transcendentais, pois, isso seria papel da metafísica. O pensador francês constrói sua ideia de moralidade, vendo a sociedade como *habitat* dessa vida moral, é a partir dela que os grupos sociais se organizam. Ele nega uma razão prática, defendida por Kant ou por qualquer outro moralista de sua época. Podemos indagar se há critérios, qualquer juízo de valor sobre valores? Porventura, há critério para discernir entre o certo e o errado? A não ser o próprio costume de cada sociedade? Isso nos faria adentrar num relativismo? Então, se Deus não existe e a ciência não pode tudo, tudo é permitido?

Para Raquel Weiss (2010), Durkheim responderia essas indagações com um sonoro não, e ainda assim ele sempre teve que lidar com aquelas indagações, por exemplo, no caso do teólogo tomista Simon Deploige, este se dedica a escrever um livro para confrontar as ideias durkheimianas. No livro *Le Conflict de la Morale et de la Sociologie*, Deploige afirma que a sociologia é como um monstro inimigo de qualquer reflexão acerca da moral. A comentadora Weiss deixa claro em sua tese o incômodo de Durkheim, por causa dessa acusação e ao citá-lo mostra para qual direção devemos olhar se quisermos entender sua posição a respeito:

Para nós, não há, nem pode haver, um conflito entre a moral e a sociologia: a única coisa que exigimos é que a arte moral seja precedida por uma ciência da moral mais metódica do que as costumeiras especulações da moral dita teórica. Toda nossa tese pode ser resumida da seguinte maneira: para determinar o que deve ser a moral em um determinado período, é preciso antes de tudo saber aquilo que a moral é, saber como distinguir aquilo que é moral daquilo que não o é, e não podemos responder a essa questão se, anteriormente, não tivermos estudado os fenômenos morais em si mesmos e por si mesmos. Não podemos simplesmente encontrar um critério apenas como um ato de vontade; a única coisa que podemos fazer é observar e encontrar esse critério a partir dos fatos (DURKHEIM, 1913, p. 328.)⁸

⁸ Para fins de conhecimento dessa obra que há muitos possa ser desconhecida, trata-se da obra: DURKHEIM, E. *Analyse du Conflit de la Morale et la Sociologie*. In : DEPLOIGE, Simon. *Le Conflit entre la Morale et la Sociologie*. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1913. Também encontrado em: *Durkheim: 150 Anos*, organizado por Massella, Alexandre et al., 2009, 169-189. In: WEISS, Raquel. *A Concepção de Educação de Durkheim como chave para a passagem entre Positivo e Normativo*.

Então se vamos partir da ideia que a moral parte de fatos morais, quais são suas características? Durkheim realça que “a moralidade consiste em realizar fins impessoais, gerais, independente do individuo e de seus interesses particulares” (DURKHEIM, 2008, p. 118). Para ele, o fato moral caracteriza-se por ser obrigatório – é um dever conforma-se a ele –, mas também envolve uma dimensão de desejo, o indivíduo aspira a agir moralmente, a partir do que identifica como bem. Ele implica o reconhecimento de que a vida social integrada e regulada promove, ou melhor, expressa a solidariedade social e envolve a compreensão da conduta moral como possibilidade de realização de um ideal coletivo.

Diante de nosso método de pesquisa, olhando para a sociedade e chegamos a algumas conclusões, do tipo que se existe uma moral comum, geral para todos os homens que pertencem a uma coletividade, partindo do pressuposto de um ponto de referencia impessoal para julgar as ações. Durkheim chegará a pensar que “a moral começa, na vinculação a um grupo, do tipo que for” (DURKHEIM, 2008, p. 48), e que ao mesmo tempo, cada indivíduo exprime a moral comum à sua maneira, compreendendo-a e vendo-a sob um ângulo diferente.

Poder-se-á perguntar se existem morais? E se cada indivíduo tem uma própria, qual a razão de se estudar a moral de modo científico? Para responder tais questionamentos nós remetemos ao texto de Durkheim, para que haja compreensão de seu pensamento.

No reino moral, como nós demais reinos da natureza, a razão do indivíduo não têm privilégios só pelo fato de ser razão de indivíduos. A única razão pelo qual podereis reivindicar legitimamente, aqui como em qualquer lugar, o direito de intervir e de se elevar acima da realidade moral histórica, como a finalidade e reforma-la, não é nem a minha razão nem a vossa, é a razão humana, impessoal, que não se realiza verdadeiramente senão na ciência. Assim como a ciência das coisas físicas nos permite corrigir a vida física, a ciência dos fatos morais nos põe em condições de corrigir, de reaprumar, de dirigir o curso da vida moral (DURKHEIM, 1970, p. 82).

Desta forma, as duas características do fato moral não são mais que dois aspectos de uma única e mesma realidade, que é a realidade coletiva. A sociedade ordena porque é exterior e superior aos indivíduos, o que faz com que a vontade deles se submeta à autoridade dela, por desejá-la. Ou seja, temos essencialmente na visão de Durkheim, um caminho a percorre, e nos levará aos dois primeiros elementos da moralidade: “a disciplina que por sua vez encontra-se um duplo objeto que regulariza e contém” (Cf. DURKHEIM, 2008, p. 33).

E como isso acontece? A regra libera e liberta porque ensina o domínio de si e a moderação. Limitar o homem é condição de sua saúde moral e de sua felicidade, dessa forma,

a disciplina emerge como o primeiro elemento da moralidade. O segundo elemento da moralidade é a “adesão dos indivíduos aos grupos sociais” (*IDEM*, p. 61) dos quais toma parte, e nesses grupos há uma tripla ação em que se submetem a família, a pátria e a humanidade e que por essa razão os tornam moralmente completo. Entretanto esses grupos não têm todo o mesmo peso, existe neles uma hierarquia, um deles possuindo preeminente e constituindo o fim, por excelência, da conduta moral: trata-se da sociedade política ou pátria, que subordina as famílias e é encarnação parcial da ideia de humanidade.

Conforme Maria Helena Augusto nos propõe comparar as características apontadas por Durkheim, para o fato moral, o dever e o bem com as atribuições dos dois primeiros elementos da moralidade, quesitos citados no parágrafo anterior, visando de um lado “a disciplina, podendo se aproximar da obrigatoriedade, do dever, enquanto expressão de uma legislação imperativa que reclama inteira obediência dos homens e do outro uma convergência com a ideia da sociedade concebida como coisa boa e desejada” (AUGUSTO, 2009, p. 220).

É claro que, no momento atual em que vivemos a quem diga que esse método não tem relevância, porém o método durkheimiano tem por objetivo “transformar em noções bem distintas e precisas as impressões confusas da consciência moral comum”. (DURKHEIM, 2009, p. 103).

Sabe-se que nos dois elementos da moralidade pode ocorrer incoerência pelas circunstâncias da imposição sobre o nosso foro íntimo e que de certa forma nos parecerá como imoral e violento. Porém em Durkheim, a vontade só pode ser plenamente moral quando é autônoma, surgindo então, como um princípio da moralidade – seu terceiro elemento.

No terceiro elemento, o da autonomia da vontade, constitui para Durkheim a possibilidade de construir uma moral racional e é, de fato, a dimensão que permite falar de autonomia individual, que consiste em ajudar a consciência moral a enxergar, com mais clareza nela própria, as ideias confusas e divergentes que nela operam. Desde então no entender de Durkheim, o adequado cumprimento dessa terceira exigência da moral deve ser considerado sob dois ângulos: de um lado, envolve o reconhecimento da integração social

como condição necessária para uma vida autônoma, de outro, denota a exigência da responsabilidade consciente dos indivíduos em relação à vida coletiva.

Essa é a maior novidade apresentada pela consciência moral dos povos contemporâneos; a inteligência tornou-se e tem se tornado cada vez mais um elemento da moralidade (DURKHEIM, 1947, p.18).

O que nos leva a conquistar essa autonomia? Do ponto de vista de Durkheim, a autonomia é possível se forem considerados os dois elementos, seus componentes: a liberdade de pensamento e a autodeterminação. Segundo Miller, “de um lado, a capacidade e a possibilidade de as pessoas formarem seus próprios julgamentos e opiniões; de outro, a autodeterminação que permite a cada um controlar sua própria vida” (WATTS MILLER *apud* AUGUSTO, 2009, p. 222).

Como apresentado anteriormente, a autonomia para Durkheim é a única possuidora de algum valor para nós. “Essa autonomia não é determinante de nossa própria natureza que flui no momento de nosso nascimento em função de nossos atributos constitutivos” (DURKHEIM, 2008, p. 123). Ela é para nós uma construção essa autonomia, só ocorrerá na medida em que buscamos adquirir um conhecimento melhor das coisas. Seu objetivo não é implicar que as pessoas procurem um meio para escapar do mundo e de suas leis, pois somos parte desse mundo, estamos inseridos nele, e sem isso nossa consciência seria vazia e sem conteúdo.

Conforme Maria Helena Augusto oferece uma explicação concisa a respeito dessa ideia, qual seja:

A vontade só pode ser plenamente moral quando é autônoma quando utiliza a razão em sua atividade, o homem age moralmente e, ao mesmo tempo, atua com autonomia, porque segue as leis da natureza. Entretanto, a única autonomia a que é possível aspirar não é inata, mas construída, na medida em que uma inteligência mais completa das coisas é posta em movimento (AUGUSTO, 2009, p. 222).

Dessa forma, o homem submete-se às regras e põe-se a serviço do grupo, entendemos que os indivíduos são formados por aquilo que a sociedade faz deles, isto porque indivíduos sozinhos não fazem algo acontecer, seja mudar um sistema, uma regra, um pensamento, conquanto “o homem não é humano senão porque vive em sociedade” desta forma, a sociedade é a condição para existência do indivíduo (DURKHEIM, 1947, p. 114).

Se analisarmos os indivíduos da nossa modernidade, nota-se que somos impulsionados para mudanças políticas, e o fruto dessas mudanças nos condicionam ao movimento da sociedade. Grupos que procuraram por um ideal mudaram a história. E o que dizer das famílias que não tomam decisões sozinhas, aquelas que procuram num outro membro da família a melhor decisão, o que dizer das sociedades indígenas onde o conceito de moralidade esta diretamente ligada ao grupo em decisões tomadas entre eles, ou seja, quando há uma imoralidade do indivíduo da tribo, o grupo é que toma a decisão da punição. É da natureza humana viver em sociedade, até para crescer carecemos do outro para sobreviver, somos dependente do outro e nossa conscientização moral é fruto do que a sociedade nos impõem. Segundo Maria Helena Augusto, “na medida em que os indivíduos são socializados, quando se tornam conscientes da necessidade da adesão voluntária às regras impostas socialmente, é possível a constituição de identidade autônomas – aliás, essa é a única forma de atingir a autonomia e a única forma realmente humana de sobrevivência” (AUGUSTO, 2009, p. 223). E nisso nos conduzimos a determinarmos o terceiro elemento da moralidade que por sua vez conduzirá às palavras de Durkheim sobre a moralidade:

Para agir moralmente, não é mais suficiente apenas respeitar a disciplina, aderir a um grupo; é preciso ainda que, seja no deferimento à regra, seja no devotamento a um ideal coletivo, tenhamos a consciência, a mais clara e completa possível das razões de nossa conduta. Porque é essa consciência que confere nosso ato essa autonomia que a consciência pública atualmente exige de todo ser verdadeiramente e plenamente moral (DURKHEIM, 2008, p. 124).

Portanto, o problema da moral para Durkheim é abordado na perspectiva de haver a possibilidade de fundar uma ciência da moral, estabelecida a partir dos fatos morais, os quais estes não têm nenhum conceito ligado à filosofia da moral ou os meios empregados pelos moralistas, pois esses meios utilizam ideias metafísicas e Durkheim, não tem interesse em conceitos inatos ou transcendentais para formular sua concepção de moral, antes decorrerá unicamente naquilo que existe, do que é empírico. É trabalhar o indivíduo como membro da sociedade, ainda que afirmem que na tese de Durkheim, não há autonomia nos indivíduos, pelo fato dele remeter o indivíduo à sociedade. Durkheim apresenta, de forma clara, o conceito de autonomia individual não da maneira que pensam o senso comum. Conforme comenta Maria Helena Augusto:

Não obstante a explícita afirmação feita por Durkheim acerca do novo tempo, de uma nova sociedade, de uma nova moral, da emergência do indivíduo enquanto categoria importante, e da necessidade de que este atue, faz com que o indivíduo não pense como sujeito de suas próprias ações, mas atuante de forma efetiva na sociedade (AUGUSTO, 2009, p. 228).

Todavia, grande parte dos críticos aponta incongruência quanto a sua pretensão, isto é, pretender tratar a moral, fenômeno complexo, relativo (a cada sociedade) e que dispõe de dimensões positivas e corretamente subjetivas (se pensarmos na maneira como cada indivíduo internaliza as regras, normas, etc.). Contudo, não se pode perder de vista que Durkheim produziu ciência numa época na qual a ciência tinha grandes expectativas.

Convergências e divergências de dois pensamentos sobre a moral

Nesse ponto culminante do artigo propomo-nos fazer confrontar as teses de Descartes e Durkheim, no que diz respeito ao pensamento moral, buscando identificar possíveis convergências, sem, contudo, descuidar a necessidade de assinalar suas divergências. Constatar-se-á, em primeiro lugar, que a moral é um tema importante na reflexão dos dois pensadores. E, num segundo momento, verificar-se-á que tanto num como noutro autor, o mencionado projeto de escrever uma moral definitiva ou científica, não foi escrita.

Pensar a moral no pensamento de dois pensadores extemporâneos e, sobretudo, imbuídos de pressupostos teóricos e comprometidos com objetivos diversos – é o caso de Descartes e Durkheim –, para procurar possíveis convergências, antes mesmo de indicar as diferenças, exige um duplo esforço: o de apuramento e o de diferenciação. Apuramento enquanto identificação e exame minucioso das ideias acerca da moral tanto num como noutro pensador, e, de distinção ou diferenciação, justamente porque ambos os autores propuseram e expuseram concepções distintas de moral. Não obstante esse segundo procedimento, isso não impossibilitou-nos identificar pontos de interseção que permita dialogar os dois pensamentos.

Consideramos que esta pesquisa de confrontação e aproximação entre a moral de Descartes e a de Durkheim, mostra-se relevante à reflexão filosófica precisamente porque revela que na tradição racionalista francesa – de diversos matizes, racionalismo clássico cartesiano e o racionalismo positivista durkheimiano –, a moral permanece ocupando um lugar fulcral no projeto filosófico desses pensadores. Pode-se questionar o porquê? A resposta a tal pergunta é justamente a necessidade, evocada por ambos os autores, de se estabelecer uma moral que possibilite uma condição de vida digna e pacífica, a qual constitui condição imprescindível ao desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, e até mesmo como condição de possibilidade para filosofar. É importante assinalar que Descartes pensa a razão para além dos limites da experiência, e partindo do indivíduo, isto é, de si mesmo ou da auto-reflexão,

deduziu alguns princípios fundamentais da moral racional, ou seja, que não contrarie a razão do filósofo; enquanto que Durkheim pensa a razão nos limites da experiência, conquanto partiu do estudo dos fatos sociais, dentre estes os fatos morais, ou seja, partiu da observação e estudo da sociedade para fundar uma ciência da moral.

Descartes jamais escreveu a moral definitiva ou científica – completa e perfeita –, muito embora esse fosse seu exposto projeto filosófico: o coroamento de sua filosofia, o grau superior de sabedoria, conforme visto no capítulo primeiro. Uma filosofia moral que pudesse proporcionar ao homem um contentamento interior, sólido, porque esclarecido pela razão, e, constante enquanto não submetido às inconstâncias das paixões humanas. Assim sendo, essa moral tornar-se-ia útil à vida do filósofo, enquanto facilitadora do ato de dedicação à busca da verdade e do aperfeiçoamento do intelecto. Descartes leu os principais moralistas antigos como Sêneca, Epicuro, Zenão e Aristóteles, e fez sua apropriação do contributo deles ao pensamento moral, com o intuito de compor a sua “mais elevada e mais perfeita moral” [*la plus parfaite morale*] para alcançar a “perfeição da vida” (DESCARTES, 2003, p. 22).

Racionalista, Descartes exige passar em revista pelo próprio juízo mesmo as mais excelentes opiniões dos homens mais excelentes (sábios), isto para verificar se aí não se encontram elementos que repugne a razão. Não se trata de soberba intelectual, mas sim de assumir postura de responsabilidade frente o contributo da sabedoria antiga com suas propostas acerca do tema moral. E assim o filósofo procedeu ao aplicar sua primeira regra moral provisória – acatar as leis e costumes de seu país – ele não aceitou quaisquer costumes, examinou-os para verificar a conveniência e utilidade para com seu propósito: ter paz para filosofar.

Para Durkheim a sociedade é o espaço do *éthos*, isto é, o *habitat* onde acontece a vida moral, sendo que essa sociedade impõe as regras de interação social, pois é a condição *sine qua non* para seu funcionamento. Durkheim percebeu que os homens são seres gregários, noutras palavras, são dependentes uns dos outros, caso queiram viver uma vida verdadeiramente humana. Se Descartes partiu da moral vigente em sua sociedade, para formar o seu código provisório, ele assim procedeu porque intuiu que seria não somente insensato (contra a razão), mas inclusive perigoso, desconsiderar todo e qualquer elemento moral vigente. Segundo Durkheim, essa conscientização moral ou movimento interior de valoração moral é resultante de um processo imposto pela sociedade. A sociedade impõe a moral.

É pertinente observar que para Durkheim – e o mesmo vale para Descartes –, o agir moral não se limita simplesmente seguir uma regra social, isto porque o ato moral implica uma anuência do indivíduo para torná-lo responsável pela norma moral, e desse modo atingirá pleno efeito se este indivíduo se devotar ao “ideal coletivo”. Para tanto, semelhante a Descartes – que nos diz ser preciso examinar as opiniões dos antigos sábios –, Durkheim entende ser necessário ter “a mais clara e completa possível razão de nossa conduta [...] porque essa consciência confere [...] nossa autonomia”. Eis aqui um ponto de convergência entre Descartes e Durkheim: o sujeito moral deve assumir, com sua razão, a norma moral e assim legitimar sua vida moral (Cf. DURKHEIM, 2008 p. 124).

Com o olhar de observador da História, verificar-se-á que no século XVII e nos fins do XIX e inícios do XX, a França sofreu importantes mudanças político-sociais, e as crises advindas dessas agitações políticas e culturais impingia aos seus cidadãos um sentimento de desorientação – não só no plano político, como também no moral – nestas duas diferentes épocas da história francesa, fazia-se necessário repensar as práticas e reorganizar a visão de mundo. No XVII emergiu a nova concepção de ciência – ciência quantitativa e funcional em detrimento da qualitativa medieval, o saber moderno em face do aristotélico-escolástico –, sem desconsiderar as reverberações dos conflitos religiosos: o Parlamento de Utrecht condenou a filosofia cartesiana por ser “nova”; um teólogo calvinista holandês acusou Descartes de impiedade – ele, então, vivia na Holanda – obrigando-o a se defender. Já no final do XIX, a França da Terceira República (1870-1940) proclamada durante a guerra franco-germânica (1870-1871), conflito belicoso o qual amargou dispendiosa derrota, a França oscilava entre tentar restaurar o regime monárquico, ainda numa posição conservadora, e posteriormente, com a consolidação do governo republicano, se esforçava por instalar medidas democráticas. É nesse contexto político e social, do XVII e do XIX, de conturbação e incertezas de ordem moral, que Descartes e Durkheim, respectivamente, consideraram necessário repassar esse assunto constitutivo do Homem: a moral. Para tanto, era mister fundamentar a moral definitiva ou científica (Descartes), era preciso fundar uma ciência da moral (Durkheim).

Podemos abstrair dos textos de Descartes e de Durkheim, uma forte tensão racional, ou melhor, o direcionado esforço de instalação da razão humana como promotora de compreensão do mundo. Cada pensador – a sua maneira – trabalhou a partir de uma perspectiva racionalista. Ambos almejaram, igualmente, o estabelecimento de um método, racional e operativo, capaz de explicar a realidade e, simultaneamente, assegurar o

desempenho mais perfeito das capacidades do homem. Se Descartes inaugurou a moderna tradição racionalista totalizante e sistemática pela qual se procura explicar a totalidade da realidade, isto é, sua estrutura e funcionamento à luz da razão, e ainda a vida do homem: sua fisiologia, sua psicologia, sua moral; Durkheim, por sua vez, adepto de um racionalismo de cunho positivista, entendia que os métodos das ciências positivas constituíam o modelo mais acertado para se fundar e produzir o saber científico, inclusive a respeito da vida moral do homem em sociedade. Descartes e Durkheim vislumbraram a possibilidade, e porque não dizê-lo novamente, a necessidade de se criar uma ciência moral, e, para tanto é imprescindível um *método*. Eis aí outro ponto de interseção para se aproximar estes autores. Todavia, verificar-se-á que o como será apresentada a propositura de tal ciência, será um ponto de diferença entre os pensadores.

Durkheim trabalhou com as noções de norma moral e de *dever ser*, procurou observar e descrever com os métodos das ciências positivas aquilo que nomeou por *fatos morais*. Seu projeto original tencionava criar uma ciência da moral. Ele criticou severamente a metodologia dos filósofos morais por pretenderem deduzir suas doutrinas de princípios metafísicos ou mesmo tomando de empréstimo teses de ciências particulares como a biologia, sociologia, a psicologia, entre outras. Durkheim almejava criar uma moral não a partir da ciência, mas sim e segundo suas palavras: “fazer uma ciência da moral”. Conquanto, essa ciência da moral possuiria seu objeto material de pesquisa, a saber: os fatos morais, o conjunto das ações e reações comportamentais do Homem na sociedade. Desse modo compreendido, seria perfeitamente exequível à ciência da moral empregar os métodos das ciências positivas para observar, descrever, classificar os fatos morais, e esforçar por encontrar uma singular homogeneidade na heterogeneidade dos fatos, isto é, formular leis que os organizam e explicam. Durkheim estava convencido que tal ciência dos fatos morais seria capaz de corrigir ou mesmo “dirigir o curso da vida moral” (DURKHEIM, 1970, p. 82).

Exatamente oposta é a perspectiva vislumbrada por Descartes, para a moral científica ou definitiva. Para este filósofo, a ciência da moral está fundada noutras ciências particulares que, a propósito, alicerçam-na e iluminam-na. Isto porque o correto ajuizamento das condutas humanas e, especialmente, seu estudo científico necessita do contributo advindo das demais ciências. A rigor o agir moral do sujeito – qualquer sujeito – depende dos sutis movimentos de seu ânimo (Psicologia), também da maneira como foi educado, como está inserido nos círculos sociais e dos laços interpessoais tecidos (Sociologia); inclusive do funcionamento de seu organismo fisiológico e o que seu corpo humano necessita para bem

funcionar (Medicina), sem descurar daquilo que é e é capaz de realizar (Antropologia). Descartes possuía uma concepção integrada da Ciência, uma ciência particular está ligada a todas as ciências. Há um só saber universal, nas palavras do filósofo: “todas as ciências não são nada mais do que sabedoria humana, que sempre permanece uma e a mesma”, para além das diferenças dos assuntos tratados. A especialização somente é pertinente nas artes – a exemplo de um pianista ou de um violinista, os quais devem adquirir habilidades específicas e habituar seu corpo (postura, ouvido) ao instrumento amado – afora o campo artístico, a especialização é um sintoma de obtusão da capacidade de perceber a realidade como uma só, complexa, mas uma só. No pensamento cartesiano explicar com competência um dado aspecto do real é explicar parcialmente toda a realidade, precisamente porque a descoberta de uma verdade coopera na descoberta doutras (DESCARTES, 1999, p. 2).

Durkheim não foi filósofo, muito embora tenha recebido sólida formação em Filosofia, publicou artigos filosóficos em revistas congêneres, em França. Todavia ele, de fato, dedicou-se ao estudo da Sociologia e, que seja dito, obteve o mérito de fazê-la uma ciência reconhecida na Academia. Essa sua dedicação à sociologia resultou, a nosso ver, num duplo efeito, positivo e negativo. Explicamo-nos: positivo enquanto consolidador do objeto e método da moderna sociologia, e negativo porque adquiriu o hábito de medir a Filosofia pelas ciências sociais, e estas ainda impregnadas por uma orientação em nada imparcial àquela: o positivismo. Porquanto, ao rejeitar os pressupostos metafísicos ou as argumentações filosóficas dos filósofos moralistas, Durkheim, em sua fala, nos faz escutar outras vozes: a de Auguste Comte, a de Herbert Spencer⁹. Enquanto que para Descartes, a metafísica é como que as “raízes” da “árvore da Filosofia”, em palavras mais diretas, é precisamente o que funda e sustém todo conhecimento humano. Portanto, segundo o pensamento cartesiano, seria impossível firmar a moral sem nenhum pressuposto metafísico.

Ao suscitar o embate entre as concepções de moral de Descartes e de Durkheim, percebe-se que este último criticou seriamente o pensamento moral por estar focado, até sua época, estritamente em perspectivas filosóficas, e a seu ver a orientação

⁹ Herbert Spencer foi um filósofo inglês muito influente na França do século XIX, em diversos domínios intelectuais. Sua psicologia foi bastante difundida por Taine, enquanto sua sociologia foi divulgada por Fouillée. É possível identificar alguns elementos gerais da teoria spenceriana na obra de Durkheim, especialmente em questões da natureza metodológica, como a proposta de compreender a sociedade como organismo vivo, o que permitiria a utilização dos instrumentais heurísticos da Biologia. Contudo, no que se refere ao terreno da moral, a reação de Durkheim foi de total recusa das premissas spencerianas (Cf. MUCHIELLI, Laurent. *La Découverte du Social*. Paris: Éditions la Découverte, 1998).

somente filosófica tende a empregar apenas o método dedutivo, assim sendo desencarna a moral dos concretos fatos morais. Durkheim é incisivo ao declarar que:

Até agora, todas as escolas de moral praticam o mesmo método: a dedução. A única diferença entre a moral intuitiva e a moral dita indutiva é que a primeira toma uma verdade *a priori* por princípio, e a segunda, um fato da experiência. Mas, tanto para uma como para a outra, a ciência consiste em deduzir dessas premissas, uma vez postuladas, as consequências que elas implicam. Uma parte da noção de utilidade, a outra de um conceito de dever ou de bem, mas é tão evidente para uma como para outra que toda moral está numa ideia simples e que é necessário apenas desenvolver essa ideia (DURKHEIM, 2003, p.107).

Conquanto, para Durkheim é preciso operar uma ruptura com as abordagens estritamente filosóficas¹⁰ da moral, para se fundar uma ciência da moral coerente com os dados concretos dos fatos sociais, isto é, possibilitando a compreensão das situações com que nos defrontamos na vida cotidiana. Ele entendia que o racionalismo buscava analisar as coisas sem ter conhecimento dos fatos concretos. A crítica durkheimiana contra o procedimento tão só filosófico é que este se mostraria problemático por se fixar unicamente na análise de conceitos, tendo por pressuposto que a análise da *lógica das ideias*, seria o mesmo que a *lógica das coisas*. Isto constitui um importante ponto de divergência entre as propostas de Descartes e Durkheim.

Por desejar estabelecer a ciência da moral mimetizando os métodos das Ciências Sociais de orientação e procedimento empírico-positivistas, Durkheim foi rotulado de positivista e funcionalista. Não obstante isso, ele mesmo apresentava objeções ao empirismo tal qual entendido em sua época, ou seja, um modo de fazer ciência estritamente caracterizada pela observação e manipulação dos dados factíveis, concretos da realidade. Seja positivista, seja funcionalista, isso revelaria somente um aspecto do perfil intelectual de Durkheim, como dissemos, ele próprio impunha objeções àquele modelo clássico de empirismo científico. Num lampejo, Durkheim modificou sua proposta de tal forma que um intérprete nomeou seu método de “empirismo racionalista”, seu método não seria um racionalismo científico ou um racionalismo renovado, tratar-se-ia de um empirismo racionalista. A objeção fundamental ao empirismo científico feita por Durkheim, é que este método permanece somente na superfície do mundo observável, tende a reunir fatos, e construir conceitos teóricos limitando-se a experiência, seu limite é o experimento, “ele não

¹⁰ O interesse de Durkheim realizar uma abordagem propriamente sociológica da moral sempre foi algo bastante explícito, sendo dito logo no início de sua tese de doutorado, onde seu objetivo era tratar do fenômeno moral segundo os métodos das ciências positivas (Cf. DURKHEIM, E. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 2010).

escava o entorno em busca de evidências que permitam descobrir conexões inteligíveis em uma lógica e em uma realidade subjacente às coisas” (WATTS MILLER, 2009, p. 50). Desta forma, rotular Durkheim como um empirista é não se ater aos fatos de que ele confrontou bruscamente o empirismo científico, Durkheim queria estabelecer uma Ciência Social e uma Ciência da Moral não simplesmente de fatos concretos, mas também capaz de explicação desses fatos.

Muitas são as dificuldades que se erguem contra a criação de uma ciência da moral. Durkheim não concluiu sua pesquisa nesse campo, antes redirecionou seus esforços para o estudo das formas elementares da vida religiosa. Descartes, por sua vez, também não escreveu a moral definitiva, muito embora a vislumbrasse como cume e supremo contributo de sua filosofia. Essa constatação, porém, não deve ser compreendida como um abandono ou arrefecimento do empenho desses pensadores em estudar a moral, mas sim um recuo tático em face da alta complexidade inerente ao tema, que os conduziu, por primeiro, a pesquisar as ciências que a sustentam e a iluminam (Descartes) e os elementos do *socius* que evidenciaria a autonomia do campo moral (Durkheim). E para superar esta dificuldade, tanto Descartes quanto Durkheim – cada qual ao seu modo, conforme expomos – envidaram esforços na propositura de um método, o que, como ainda procuramos mostrar, restou tão somente inicial, falto de desenvolvimentos ulteriores.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, nossa pesquisa procurou indicar que apesar das diferenças entre as obras de Descartes e Durkheim, há pontos de interseção entre os dois pensamentos, os quais possibilitam um diálogo pertinente no campo da moral. Tanto Descartes quanto Durkheim, enquanto pensadores inseridos numa tradição racionalista francesa, entendem que o sujeito moral deve participar, com sua razão, na assunção das normas morais ao dar sua livre e esclarecida anuência, movimento necessário justamente para legitimar a vida moral. É, pois, possível verificar nesses pensadores uma forte tensão racional, qual seja, a de instalar a razão humana como promotora da compreensão do mundo, e evidentemente, da moral humana.

Descartes e Durkheim consideraram a possibilidade e até insistiram na necessidade de se criar uma ciência da moral ou moral definitiva, a qual pudesse possibilitar o

homem bem viver em sociedade e desempenhar ao máximo suas capacidades. Para alcançar esse ideal, Descartes e Durkheim convergem ao ressaltar a absoluta necessidade de estabelecer um método. Método com regras claras ao espírito para Descartes, e um método com regras sociológicas para Durkheim. A clareza e a precisão desse método é uma exigência, igualmente em comum, para ambos os pensadores, traço daquele racionalismo que os orienta.

Certo é, porém, que há mais pontos de divergência do que propriamente de convergência, haja vista que as diferenças na concepção de moral, ou, para mais bem falar, a diferenciação entre a ideia de *ciência da moral* (Durkheim) e a *moral científica* ou *definitiva* (Descartes), está em que para este último a moral é o cume e supremo contributo da Filosofia entendida como o saber humano abrangente ou universal. A moral cartesiana pressupõe um saber metafísico – Deus é o termo e a garantia de seu sistema metafísico –, logo o sujeito tem em Deus a garantia última do agir moral; enquanto que Durkheim procurou romper totalmente com essas heranças metafísicas, e pretendeu como que naturalizar a moral, isto é, fazer desta uma ciência positiva aos moldes das ciências sociais de orientação positivista.

Marcada as diferenças, em conclusão, consideramos que o apelo à racionalidade e a indispensabilidade do método são dois dos pontos de interseção, os quais permitiu-nos aproximar e fazer dialogar aqueles dois pensadores.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Indivíduo e Moral em Durkheim*. In: MASSELLA, Alexandre Braga *et al* (Orgs.) *Durkheim 150 anos*. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2009, pp. 209-230.

BOLSONI, Wilma. A internet apresenta o Brasil aos ingleses. *Ponte Aérea*, São Paulo, ano 20, n. 157, p.78-79, fev. 2000.

BOUGLÉ, C. *Prefácio*. In: DURKHEIM, Émile. *Sociologia e Filosofia*. Tradução por J. M. de Toledo Camargo. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970.

BUZON, Frédéric de e KAMBOUCHNER, Denis. *Vocabulário de Descartes*. Coleção Vocabulário dos Filósofos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

COTTINGHAM, John. DICIONÁRIO DESCARTES. Tradução Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

DESCARTES, René. *As Paixões da Alma*. Introdução, notas, bibliografia e cronologia por Pascale D'Arcy. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

_____. *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*. Apresentação e notas de Denis Moreau. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

_____. *Discurso do Método*. Introdução e notas de Étienne Gilson. Lisboa: Edições 70, 1979.

_____. *Regras para a Orientação do Espírito*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, David Émile. *A Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

_____. *A Educação Moral*. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Educação e Sociologia*. 4. ed. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

_____. *Ética e Sociologia da Moral*. São Paulo: Ed. Landy, 2003.

_____. *Lições de Sociologia: a moral, o direito e o Estado*. Tradução de B. Damasco Penna. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1983.

_____. *O individualismo e os intelectuais*. In: _____. *A ciência social e a ação*. Tradução de Inês D. Ferreira. São Paulo: Difel, 1975.

_____. *O suicídio*. Tradução de Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Sociología y filosofía*. Tradução de M. Bolafío Hijo. Buenos Aires: Kraft, 1951.

MASSELLA, Alexandre Braga. *Durkheim e a Vida Social como Essencialmente Moral*. In: REVISTA CULT. São Paulo: Editora Bregantini, Edição Especial Dossiê Cult, Jan/mar. 2011.

OLIVEIRA, Márcio e WEISS, Raquel (Orgs.). *David Émile Durkheim: a atualidade de um clássico*. Paraná: Ed. UFPR, 2011.

TEIXEIRA, Lívio. *Ensaio sobre a Moral de Descartes*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura e Editora Brasiliense, 1990.

TIRYAKIAN, Edward. *Émile Durkheim*. In: BOTTOMORE, Tom; NISBERT, Robert (orgs.). *História da Análise Sociológica*. Tradução por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

WATTS MILLER, William. *Investigando o Projeto de Durkheim para a Constituição de uma Ciência Social*. In: MASSELLA, Alexandre Braga *et al* (Orgs.) *Durkheim 150 anos*. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2009, pp. 39-68.

WEISS, Raquel Andrade. *Émile Durkheim e a Fundamentação Social da Moralidade*. 2010. 280f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.